
BRASILIANA: JOURNAL FOR BRAZILIAN STUDIES

Panorama da Favela da Rocinha no século XXI na perspectiva da construção colaborativa de Política de Dados de Conhecimento.

Resumo

Este artigo apresenta um panorama da Rocinha, maior favela do Brasil segundo o Censo de 2022 (72.021 habitantes e 30.371 domicílios), localizada em área estratégica da Zona Sul do Rio de Janeiro, entre bairros de alto poder aquisitivo. Analisa sua trajetória histórica e os desafios contemporâneos, como o adensamento excessivo e a precariedade do saneamento. Após os investimentos do Programa PAC (2008–2011), vinculados à preparação para os Jogos Olímpicos (2010–2016), houve retração da presença estatal e abandono dos programas de urbanização, resultando em especulação imobiliária, exploração ilegal de serviços, privatização de espaços públicos por grupos criminosos e agravamento das condições de saneamento e saúde.

Em resposta, organizações locais, universidades e instituições de pesquisa têm buscado alternativas para reposicionar a Rocinha no debate público, promovendo maior engajamento territorial e participação democrática. Destaca-se a criação do UNIR – Centro de Pesquisas e Articulação de Conhecimentos PUC-Rio/Rocinha, que organiza um portal e uma plataforma pública de dados georreferenciados, permitindo analisar a Rocinha como componente estrutural da cidade, evidenciando seu histórico de lutas e conquistas, explorando desigualdades existentes e as consequências do adensamento da favela para o saneamento, o meio ambiente e a saúde pública — temas centrais do artigo.

Palavras-chave: Política de Dados de Conhecimento; Cidadania Urbana; Urbanização de Favelas; Rocinha (Brasil).

1. Introdução

A distribuição assimétrica de serviços e direitos de cidadania nos territórios populares em comparação ao restante da cidade é agravada pela criminalização dos pobres, controle e exploração por grupos criminosos e pela escalada do crime violento e do abuso policial nas grandes metrópoles brasileiras. Essa realidade traduz a disjunção fundamental em relação à democracia apontada por Caldeira & Holston (1999), apesar do horizonte de igualdade e justiça garantido pela Constituição Brasileira de 1988. O desequilíbrio vem sendo intensificado pelo abandono do poder público e pelo descrédito nas instituições de direito e justiça, dentro de uma visão ultraliberal em que o Estado — único capaz de produzir justiça social — é tido como corrupto e ineficiente.

Apesar de as favelas terem resistido a constantes expulsões e alcançado níveis significativos de permanência, aceitação e reconhecimento institucional e simbólico (Machado da Silva, 2002), seus moradores continuam submetidos a formas de cidadania hierarquizada que os colocam em posição inferior em relação às camadas mais abastadas. Esse cenário alimenta a cultura de medo e desconfiança na urbe e contribui para a crescente fortificação dos espaços — fenômeno amplamente discutido por Caldeira (2000), ao caracterizar a cidade de muros.

Na contramão dessa corrente, grupos periféricos historicamente excluídos e marginalizados conseguiram construir formas diferenciadas de organização coletiva em torno das questões do território e da luta pelo direito à cidade. Essas iniciativas buscaram condições menos desiguais de moradia denunciando a criminalização dos pobres e a escalada da violência, fenômeno que Holston (2008; 2009) conceituou como cidadania insurgente.

Muitas vezes submetidos a remoções, esses grupos historicamente desenraizados e privados de recursos construíram seus espaços na cidade por meio de comunidades erguidas de forma autônoma. Para isso, recorreram a adaptações criativas do ambiente e à mobilização coletiva em torno de uma agenda de cidadania da qual haviam sido excluídos. Nas brechas de uma estrutura social complexa — marcada não pela ausência, mas pela presença seletiva e negligente do Estado — os territórios populares brasileiros adentraram o século XXI operando com elevado grau de autonomia, especialmente nas grandes metrópoles.

As práticas neoliberais que hoje ditam o desenvolvimento das cidades, imprimem dinâmicas de privatização e especulação que se aplicam aos territórios populares de forma ainda mais acentuada, em função da informalidade e da concorrência entre agentes locais de domínio. Esse processo aprofunda desigualdades e contribui para a carestia e a precarização das condições de vida nas periferias.

Ainda assim, a despeito das carências e do ambiente de disputa, florescem formas criativas de resistência a partir de dinâmicas de solidariedade e apoio. São práticas que vêm se reconfigurando com o surgimento de coletivos jovens que trazem narrativas identitárias, e com o reengajamento de organizações associativas clássicas. São atores que ganharam capacidade de mobilização com a transformação digital de nossa sociedade e com a aproximação às universidades, instituições de pesquisa e organizações locais. Esse movimento reflete, em larga medida, transformações estruturais na política educacional brasileira das últimas décadas, como a ampliação do acesso de jovens das periferias ao ensino superior e a valorização da extensão universitária no ensino público. A partir de estratégias que priorizam campanhas e ações pragmáticas e focais, em detrimento de uma mobilização político-ideológica mais ampla, essas organizações encontraram meios de manter um engajamento significativo da população delineando novas formas de práticas cidadãs contestatórias.

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento progressivo da aproximação entre universidades e movimentos sociais. Esse processo foi impulsionado tanto pela curricularização da extensão universitária — que passou a compor ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação, conforme diretrizes do MEC — quanto por outras políticas institucionais de fomento à participação social. Essa aproximação tende a se fortalecer ainda mais à medida que se articula a uma pedagogia inspirada em Paulo Freire (1970), centrada no desenvolvimento da consciência crítica e na capacidade de ação transformadora. Supera-

se, assim, práticas predominantemente assistencialistas em favor de abordagens decoloniais mais expressivas.

Essa inflexão epistemológica encontra ressonância no modelo de conhecimento pluriversitário e solidário proposto por Santos (2004), que defende uma ciência engajada com os problemas concretos da sociedade, ancorada em práticas transdisciplinares e participativas que ultrapassam os limites da academia. Nesse contexto, experiências de extensão universitária têm contribuído para ampliar o compromisso das instituições de ensino superior brasileiras com as demandas reais dos territórios. Promovem, assim, a formação de redes sociotécnicas e a construção de vínculos de confiança entre técnicos, acadêmicos e grupos socioespaciais. Esses vínculos favorecem o reconhecimento de novos atores sociais, o engajamento da população nos processos decisórios, a ampliação do debate público, a visibilização de conflitos e a mediação qualificada por meio da atuação acadêmica (Kapp, 2018).

Apesar dos avanços, persistem lacunas que limitam a atuação mais assertiva dos movimentos sociais e grupos sociotécnicos na construção de agendas que sejam coerentes com a realidade complexa de favelas e periferias. Entre os principais obstáculos, destaca-se a escassez — ou, paradoxalmente, o excesso desarticulado e pouco acessível ao público em geral — de dados, estudos técnicos e pesquisas sobre assentamentos informais ou periféricos. Essa situação frequentemente dificulta a compreensão aprofundada das realidades locais por parte dos moradores, colocando-os em posição subalterna no debate público. Há falta de transparência sobre a aplicação dos investimentos públicos nas localidades e, diante da rotatividade institucional, levantamentos e estudos desenvolvidos muitas vezes se perdem em diferentes repartições ou secretarias. Os dados censitários, por exemplo, costumam ser divulgados de forma agregada, inviabilizando análises mais detalhadas por subsetores internos, o que reflete desigualdades e diversidades socioespaciais. No campo acadêmico, as pesquisas são frequentemente fragmentadas entre departamentos e marcadas por linguagem especializada, o que compromete seu acesso e apropriação pelas comunidades e grupos sociais.

Essa insuficiência de conhecimento público sobre localidades favorece a reprodução de estigmas, preconceitos e visões homogeneizantes. A falta de acesso a informações qualificadas restringe a ação política, dificultando a identificação de situações complexas que deveriam ser vistas de forma integrada entre diferentes campos disciplinares. Isso compromete a formulação de agendas voltadas ao desenvolvimento sustentável, políticas públicas integradas e a proposição de novos modelos de governança.

2. A articulação de conhecimentos PUC-Rio/Rocinha

A Rocinha possui uma história centenária. Situada em um vale entre os bairros de alta renda da Gávea e de São Conrado, destaca-se por sua resistência histórica, importância demográfica e cultural, além do déficit significativo de saneamento.

Apesar dos estigmas de ilegalidade e violência frequentemente reforçados pela mídia, a Rocinha ocupa posição de destaque no circuito turístico e no cenário acadêmico brasileiro, sendo uma das favelas mais estudadas do país. No entanto, os moradores frequentemente questionam a validade das pesquisas e dos dados oficiais, como os do IBGE, com

argumentos do tipo: “*nunca minha casa foi visitada por um recenseador*” ou contestações em relação ao número de habitantes e domicílios divulgados, considerados “bem abaixo do número real”. A desconfiança sobre os dados colabora para uma espécie de mito megalomaniaco que afirma a identidade da Rocinha como “a maior favela do Brasil”, mas pouco contribui para o reconhecimento da heterogeneidade interna e debate sobre questões cotidianas que permanecem pouco problematizadas.

Para enfrentar essas lacunas, foi criado o UNIR – Centro de Pesquisas e Articulação de Conhecimentos PUC-Rio/Rocinha, uma iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que se apoia na histórica relação da instituição com os moradores da Rocinha. Essa conexão se fundamenta não apenas na proximidade geográfica entre o campus universitário e a favela, ambos situados no mesmo bairro, mas também na significativa presença de funcionários e estudantes da universidade que residem na Rocinha. Além disso, a PUC-Rio mantém diversas pesquisas, projetos de extensão e serviços direcionados à comunidade e às áreas adjacentes, consolidando um vínculo institucional contínuo.

Inspirado em abordagens que utilizam a ciência de dados como ferramenta de ação política (Green, 2021), como o Observatório de Favelas (2001) e a ONG Redes da Maré (2007), o UNIR aposta na política de dados e no compartilhamento de saberes para aprofundar o conhecimento sobre a Rocinha, responder às demandas da população e enfrentar estereótipos e estigmas. Reconhece-se que o acúmulo de conhecimentos científicos produzidos dentro da universidade deve ser acessível às organizações locais e população de toda cidade favorecendo a formulação de políticas públicas mais eficazes. Por outro lado, há um grande potencial dentro das universidade para o desenvolvimentos de pesquisas voltadas à inovação e para o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à resolução de problemas cotidianos nos territórios populares. Nesse sentido, o UNIR se constitui como um espaço interdisciplinar que aproxima alunos e pesquisadores de diferentes departamentos aos grupos organizados da Rocinha, promovendo a integração entre saberes acadêmicos e locais e favorecendo análises críticas sensíveis à história e à diversidade interna da comunidade.

Em sua primeira fase o UNIR contou com o apoio do Edital FAPERJ Favela Inteligente na Rocinha orientado para a criação de um portal e de uma plataforma georreferenciada de dados sobre a Rocinha, com a expectativa de construir uma base pública de dados confiáveis, acessíveis a diversos públicos. Parte do conteúdo desse portal é apresentada em texto a seguir, discutindo a história da favela da Rocinha como um componente estrutural da cidade que também reflete dinâmicas do capital na produção do espaço (Lefebvre, 1999) de forma mais ampla. O texto examina como o crescimento econômico e demográfico da Rocinha tem acentuado desigualdades internas e agravado problemas de saneamento que geram impactos negativos sobre o meio ambiente e saúde dos moradores.

As reflexões foram fundamentadas na análise de relatórios técnicos, pesquisas acadêmicas e informações provenientes de quatro bases de dados distintas: Censo PAC 2009, Censo IBGE 2010, Territórios Sociais PCRJ-IPP 2019 e Censo IBGE 2022. Disponíveis no portal UNIR, os dados podem ser visualizados em tabelas e mapas temáticos georreferenciados que ilustram a heterogeneidade socioespacial da Rocinha em contraste com os bairros circunvizinhos, complementando o conteúdo deste artigo. vf

3. Cronologia de Conquistas

Ao nos afastarmos da perspectiva tradicional — influenciada por teorias sociológicas que contrapõem modernização e marginalidade social (Perlman, 1977; Valladares, 2005) — torna-se possível compreender a Rocinha não como uma área marginal ou dependente, mas como parte essencial e integrada ao tecido urbano e econômico da cidade desde sua origem. A comunidade responde tanto às dinâmicas do capital na produção do espaço (Lefebvre, 1999) quanto às alternâncias de políticas públicas.

No final do século XIX, a área onde hoje se localiza a favela da Rocinha era parte da gleba da Fazenda Quebra Cangalha [...] que foi vendida à Companhia Castro Guidon, que, entre 1925 e 1927, realizou um loteamento proletário destinado a atender à demanda por moradia dos trabalhadores das indústrias da Gávea e do Jardim Botânico (Costa, 2022, p. 41). Desde a implantação do serviço de bondes em 1871, chácaras e fazendas da região começaram a ser loteadas, atraindo indústrias para os atuais bairros do Jardim Botânico e da Gávea, em função dos recursos hídricos locais. A instalação das indústrias na região atraiu uma população operária incluindo imigrantes europeus e brasileiros provenientes de diferentes regiões da cidade, evidenciando as primeiras tensões de divisão socioespacial. Como destaca Abreu (1985), o serviço de bondes e a proximidade com a orla oceânica tornou a terra mais valorizada para fins imobiliários trazendo comodidades que atraíam classes mais abastadas, o que conflitava com o uso industrial que acabou sendo proibido na Zona Sul a partir de 1937.

O loteamento original da Rocinha, situado no vale entre o Morro Dois Irmãos e Laboriax tinha acesso pela Estrada da Gávea, via pioneira de acesso à praia da Gávea, depois denominado bairro de São Conrado, uma área rural da cidade na década de 1920. Entre 1925 e 1927 foram abertas ruas 1, 2, 3, 4 e 5 (posteriormente denominada Rua Dionéia) do loteamento partindo da Estrada da Gávea, permitindo o acesso a lotes pequenos, com área média de 125 m². A venda dos lotes teve início em 1933, mesmo ano em que a Estrada da Gávea foi pavimentada, pois integrava o Circuito da Gávea de provas automobilísticas, evento anual conhecido como “corrida das baratinhas” que também incluía vias dos bairros da Gávea, Leblon e a Av Niemeyer. Apesar da atratividade turística do evento, a área loteada não possuía infraestrutura de transporte, iluminação ou saneamento. O nome “Rocinha”, associado à identidade rural da região, permaneceu inalterado.

Apesar de o loteamento conferir características mais urbanas à área, a ocupação inicial não se assemelhava à uma favela, pois as casas apresentavam padrão construtivo superior aos barracos precários. Em 1937, mesmo ano em que uso industrial passou a ser proibido na cidade, o loteamento da Rocinha foi embargado pela prefeitura por não atender à legislação urbanística vigente. Com a falência da Companhia Castro Guidon alguns anos depois, os lotes não vendidos passaram a ser ocupados por novas famílias, enquanto os lotes comercializados legalmente permaneceram sem suas escrituras definitivas.

Quando o loteamento se tornou irregular, escapando ao controle da empresa proprietária e da prefeitura, passou a ser ocupado de forma mais intensa por famílias oriundas de outras regiões dando origem a um processo de ocupação que décadas mais tarde se consolidaria como uma ocupação típica de favela. As provas automobilísticas do Circuito da Gávea, no

entanto, continuaram a ser realizadas até o início da década de 1950, com pausa apenas durante a Segunda Guerra Mundial. A ocupação proletária próxima ao local do evento justificou um decreto municipal de 1944 que pretendia urbanizar a região de acordo com interesses turísticos (Costa, 2022, p. 156) a partir da desapropriação de casas da Rocinha adjacentes à Estrada da Gávea, o que não chegou a ser implementado.

A expansão imobiliária da Zona Sul a partir de 1950 gerou empregos na construção civil e no setor de serviços, tornando a Rocinha um destino preferencial para novas levas de trabalhadores migrantes nordestinos conferindo a identidade nordestina que prevalece até hoje. Internamente, a comunidade desenvolveu-se como uma favela típica, deixando para trás as denominações de “Rocinha rural” ou “loteamento operário”, e apresentando problemas de infraestrutura que se agravavam conforme crescia o adensamento populacional. Em épocas de chuva, o transbordamento do valão principal e das valas de esgoto a céu aberto, assim como a lama nos becos e escadas sem pavimentação, dificultavam o acesso às residências. Situações de risco incluíam incêndios causados por fogareiros e lampiões dentro das casas, inundações na parte baixa e desmoronamentos nas encostas. O convívio diário e a interação comunitária ocorriam em espaços de uso coletivo, como a feira do Largo do Boiadeiro e nas filas diárias em bicas e poços, onde os moradores retiravam água em latas, função muitas vezes delegada às crianças. O pouco acesso à água potável e o acúmulo de lixo nas encostas contrastavam com a opulência das residências nos bairros vizinhos.

A resistência contra a remoção e a luta por melhores condições de infraestrutura foram consolidando um capital político forjado nas associações operárias, na relação com figuras importantes da sociedade carioca e com a Igreja Católica. Esse processo ganhou força especialmente a partir de 1938, quando a Paróquia Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, inaugurou a capela Nossa Senhora da Boa Viagem, na Rocinha. Tanto a solidariedade entre as famílias quanto os conflitos cotidianos pela disputa de espaço e de recursos essenciais, como a água, contribuíam para a consolidação de vínculos com o território. Esses vínculos se refletiam em locais centrais na vida cotidiana dos moradores, incluindo bares, espaços religiosos (católicos, espíritas ou terreiros de umbanda), grupos de samba e clubes de futebol, que se constituíam em referências espaciais e sociais fundamentais para a comunidade.

A partir da década de 1950, as políticas públicas voltadas às favelas passaram a apresentar caráter ambivalente, combinando estratégias de remoção com melhorias pontuais, como a chamada “*política da bica d’água*”, caracterizada por obras de cunho eleitoreiro realizadas às vésperas das eleições.

A Igreja Católica desempenhou papel significativo na resistência às remoções em algumas favelas da cidade e na mediação entre os moradores e o Estado, por meio da atuação de paróquias, grupos religiosos e organizações como a Fundação Leão XIII (1948) e a Cruzada São Sebastião (1955). Na Rocinha, a Pastoral de Favelas apoiou associações de moradores, como a UPMMR (1961), e entidades como a ASPA (1963), na execução de mutirões para melhoria dos acessos e implantação de infraestrutura mínima de saneamento. Na década de 1970, o movimento associativo e os mutirões foram fortalecidos pela influência da Teologia da Libertação e do Partido Comunista, apesar das restrições e repressões impostas pelo regime ditatorial (1964–1985).

Entre 1962 e 1965, o governo de Carlos Lacerda, com apoio da Aliança para o Progresso, promoveu a remoção de favelas da Zona Sul, realocando famílias para áreas periféricas como Vila Kennedy, Vila Aliança, Cidade Alta e Cidade de Deus, entre outras. Como a política mostrou-se ineficaz, muitas famílias retornaram à Zona Sul. A Rocinha, poupada da remoção devido ao apoio da Igreja Católica, acolheu parte desses deslocados e, nas décadas seguintes, vivenciou nova onda de crescimento, impulsionada pela expansão da cidade em direção à Barra da Tijuca impulsionada pela abertura do túnel Dois Irmãos e da autoestrada Lagoa-Barra (1967–1971), que facilitaram o acesso à zona oeste e valorizaram a parte baixa da favela. Em 1972, a canalização do valão no Campo Esperança na parte baixa resultou na remoção de moradias que foram realocadas para a parte alta, no Conjunto do Laboriaux, que dá nome ao sub-bairro. Apesar da elevada demanda por educação, apenas em 1971 foi inaugurada a primeira escola pública na Rocinha: a Escola Municipal Francisco de Paula Brito.

A gestão de Leonel Brizola (1983–1987) à frente do governo do Estado do Rio de Janeiro modificou radicalmente a relação entre o poder público e as favelas. Entre as medidas adotadas destacam-se o fim das operações policiais, a liberação de reformas e melhorias habitacionais — proibidas desde o Código de Obras de 1937 — e a ampliação da presença do Estado por meio da oferta de serviços públicos. Foram mudanças que trouxeram maior estabilidade urbanística às favelas, resultando na reforma das moradias com materiais mais duráveis e na ampliação das construções por meio da verticalização. Na Rocinha, diversas iniciativas foram implementadas, incluindo a construção de escolas, postos de saúde, obras de contenção de encostas e a instalação de uma passarela sobre a Autoestrada Lagoa-Barra.

A década de 1980 também foi marcada pelo agravamento da violência nas favelas da cidade, impulsionada pela expansão internacional do tráfico de drogas. Devido à sua localização estratégica, a Rocinha consolidou-se como um dos principais pontos de distribuição de entorpecentes na Zona Sul. Apesar desse cenário adverso, a vida associativa e cultural da comunidade permaneceu ativa, com marcos importantes como a unificação dos blocos carnavalescos em 1988, que deu origem à Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha, e a criação da TV Rocinha, em 1996.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à posse e à moradia nas favelas, reafirmando a função social da propriedade urbana. Em 1993, a Rocinha foi oficialmente reconhecida como bairro pela prefeitura do Rio de Janeiro, o que possibilitou sua inclusão nas políticas públicas, embora sem impactos imediatos significativos nas condições urbanas. Apenas no final da década de 1990, a comunidade passou a ser atendida pelo PROSANEAR, programa estadual de saneamento coordenado pela CEDAE. Sua execução, entretanto, foi limitada por falhas técnicas, como a ausência de ligações domiciliares e pela continuidade do processo de adensamento na favela localizada em uma área nobre em termos de proximidade ao emprego e equipamentos que a cidade oferece.

Frente à persistência da precariedade sanitária e seus efeitos sobre a saúde, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde — presente desde 1991 — foi incorporado à Estratégia de Saúde da Família em 1994. Em 2001, a Rocinha foi declarada Área de Especial Interesse Social (AEIS), o que poderia ter priorizado sua urbanização. Contudo, os investimentos municipais concentraram-se principalmente na ampliação de serviços públicos, como a inauguração da Escola Municipal Abelardo Barbosa, no Laboriaux, e a transformação de um

antigo hotel em centro multifuncional de cidadania: o Centro Municipal Rinaldo de Lamare, na parte baixa da Rocinha, junto à Autoestrada Lagoa-Barra.

Em 2004, a Rocinha foi abalada pela chamada “*Guerra da Rocinha*”, um confronto entre facções criminosas que impactou severamente a vida dos moradores da favela e dos bairros vizinhos. Em resposta à violência, entendida como reflexo do abandono estatal, foi criado o Fórum Técnico de Urbanização da Rocinha, reunindo associações de moradores da favela e do entorno, instituições de ensino como a PUC-Rio, além de entidades profissionais e sociais. O fórum abordou temas como urbanização, saneamento, meio ambiente, educação, saúde, cultura e esporte, reativando a mobilização local em torno das demandas territoriais. Essa articulação impulsionou a criação de novos coletivos, como o grupo Rocinha Sem Fronteiras (2006) e o Museu Sankofa – História e Memória da Rocinha (2007).

A força dessa mobilização também sensibilizou o governo estadual que, por meio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), promoveu em 2006 um concurso público de ideias voltado à urbanização integral da comunidade. A iniciativa resultou na elaboração do Plano Diretor da Rocinha (2007–2009), coordenado pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo, desenvolvido por meio de uma metodologia participativa que estabeleceu diretrizes técnicas e um planejamento de obras e equipamentos prioritários para a década seguinte.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas chegou à Rocinha em 2009, como desdobramento da mobilização criada em torno da Rocinha nos anos anteriores, lembrando que a Rocinha não havia sido contemplada pelos programas de urbanização de favelas coordenados pela prefeitura que tiveram um enorme alcance na cidade, como o Favela Bairro (1994–2008). O PAC objetivava a urbanização e a melhoria da infraestrutura em áreas precárias e articulava-se ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), voltado à ampliação do acesso à moradia para famílias de baixa renda. Ambos refletiam a estratégia do governo federal de impulsionar o desenvolvimento econômico por meio de grandes obras públicas, bastante adequado ao modelo de “*cidade-commodity*” do Rio de Janeiro, que vivia um momento ímpar de investimentos urbanos para preparar-se para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Os investimentos foram direcionados para favelas que estavam na rota do circuito olímpico, entre elas a Rocinha. Com uma inédita articulação dos três níveis de governo, foi criada a política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), inspirada na experiência de *urbanismo social* de Medellín, Colômbia, introduzida na Rocinha em 2012. A extensão da Linha 4 do metrô até a Barra da Tijuca também beneficiou a comunidade, que passou a contar com uma estação no acesso da Estrada da Gávea, próximo à Via Ápia em 2016.

O Programa PAC da Rocinha representou um marco em termos de investimento público na comunidade, com intervenções urbanas de grande visibilidade, especialmente próximas à Autoestrada Lagoa-Barra. Entre as obras destacam-se o Complexo Esportivo da Rocinha e uma nova passarela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Ao longo da Estrada da Gávea, por outro lado, foram erguidos importantes equipamentos, incluindo o Centro Cultural C4 – Biblioteca Parque e um complexo médico que integra uma unidade de pronto atendimento, um centro de atenção psicossocial e uma clínica da família. Também foi realizado o alargamento da Rua 4, localizado em uma das áreas mais densas da favela e com alta incidência de tuberculose, constituiu uma das obras mais complexas do programa. A intervenção exigiu a remoção de 346 habitações e a construção de um conjunto habitacional

para o reassentamento das famílias, mas as obras do PAC 1 foram interrompidas antes de sua conclusão, deixando inacabadas uma série de obras voltadas para melhorar a mobilidade (sistema de planos inclinados) e o macro saneamento.

O PAC 2 Rocinha(2012-2014)visava dar continuidade ao programa anterior com alterações relevantes em relação ao Plano Diretor da Rocinha, especialmente em relação à mobilidade. Foram propostas duas linhas de teleférico em substituição aos planos inclinados, o que gerou controvérsias e foram duramente criticadas pela comunidade. Como ponto final de uma das linhas do polêmico teleférico (que nunca chegou a ser construído), foi proposto um parque público como zona de transição entre a favela e a floresta para conter sua expansão irregular. Apesar do teleférico não ter sido construído, o Parque Ecológico da Rocinha foi viabilizado com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) e inaugurado em 2012.

Ao final, as obras do PAC 2 também foram interrompidas antes de sua conclusão, sobretudo nas áreas de mobilidade e saneamento, consideradas pontos fracos do programa. Entre os fatores que contribuíram para essa paralisação destacam-se:

- a crescente insatisfação popular com a atuação da UPP, intensificada pelo assassinato do morador Amarildo de Souza em 2013;
- os protestos contra o projeto do teleférico;
- e os escândalos de corrupção envolvendo empreiteiras e o alto escalão do governo estadual durante a execução das obras.

Os investimentos em infraestrutura realizados pelo PAC e pela extensão da Linha 4 do metrô, embora significativos, produziram efeitos ambíguos: valorizaram o solo urbano, incentivando a construção de edifícios verticais e promovendo o adensamento da área, o que, paradoxalmente, agravou problemas sanitários. Além disso, a ausência da presença continuada e fiscalização do poder público municipal favoreceu a apropriação informal de espaços públicos resultantes das obras do PAC, como ocorre na Rua 4 e no Parque Ecológico da Rocinha, onde cresce a ocupação por quiosques, garagens e construções irregulares.

Em anos recentes, o governo do estado buscou retomar as intervenções na Rocinha, especialmente no que se refere ao saneamento, por meio do Programa Comunidade Cidade, iniciado em 2020. No entanto, o programa foi interrompido no mesmo ano devido a novos escândalos de corrupção e à pandemia da COVID-19.

Em 2023, a aprovação do novo Plano Diretor do Rio de Janeiro representou um avanço ao incluir, pela primeira vez, um capítulo específico dedicado às favelas. Entre suas diretrizes, destaca-se a retomada da implementação do Plano Diretor da Rocinha, agora reconhecido como *“plano-piloto para a inclusão efetiva dessas áreas no planejamento urbano da cidade”*. Apesar do peso jurídico do instrumento, ainda não houve esforços concretos por parte da prefeitura ou do governo estadual para sua implementação.

Após uma série de tentativas frustradas de urbanização por parte do governo estadual e da ausência de uma agenda pública consistente voltada às favelas por parte da administração municipal, a urbanização e o saneamento da Rocinha seguem, em grande medida restritos ao plano discursivo, com pouca credibilidade por parte da população. Desde o fim do Programa Comunidade Cidade, a iniciativa positiva foi o Programa Favela Inteligente

(editais FAPERJ 2021 e 2025) que não atua em obras de urbanização mas fomenta o desenvolvimento econômico e social no território, envolvendo organizações locais, instituições de ensino e empresas externas. Até o momento, foram financiados 24 projetos nas áreas de cultura, capacitação para o empreendedorismo e sustentabilidade na Rocinha, entre os quais se destaca o UNIR – Centro de Pesquisas e Articulação de Conhecimentos PUC-Rio/Rocinha.

Com um histórico de alternância de políticas públicas, a Rocinha completa um século de existência e, nas últimas décadas, esteve diretamente inserida no modelo neoliberal de desenvolvimento urbano. Sem a continuidade dos programas de urbanização e sem mecanismos eficazes de controle urbanístico por parte do poder público, a favela experimentou crescimento desordenado e especulação interna, sem alcançar uma solução definitiva para o saneamento — uma demanda central da comunidade há mais de cinco décadas.

4. O Paradoxo da Rocinha

O Censo do IBGE de 2022 oferece o retrato mais recente das favelas brasileiras e confirma a Rocinha como a maior do país, com 72.021 habitantes distribuídos em 30.371 domicílios.

A comparação com os censos de 2000, 2010 e 2022 indica uma desaceleração no crescimento populacional: a taxa passou de 22,7% entre 2000 e 2010 para 4% no período seguinte. O número de domicílios em contraste, teve um aumento expressivo de mais de 30% entre 2010 e 2022, o que pode ser explicado por diferentes dinâmicas:

- a redução do tamanho médio das famílias na Rocinha — que passou de 2,7 para 2,2 moradores por unidade entre 2010 e 2022;
- a subdivisão de imóveis para aluguel de quartos;
- e a expansão da produção imobiliária de apartamentos pequenos em novos prédios de quitinetes (Terry, 2021).

O fenômeno da multiplicação de prédios de apartamentos-quitinete também se observa em outras favelas da cidade que, assim como a Rocinha, têm sido valorizadas devido à proximidade com centros de trabalho, à ampla oferta de transporte público (incluindo metrô na Rocinha desde 2016), à disponibilidade de equipamentos públicos, comércio e serviços na favela e entorno. Trata-se de um reflexo da valorização da terra urbana somada à falta de fiscalização e controle nos territórios além da cultura empreendedora das famílias proprietárias. Estas investem suas economias na reforma ou ampliação de seus imóveis construindo pequenos apartamentos ou estabelecimentos comerciais para venda ou locação, complementando assim os rendimentos da família na fase produtiva ou durante a aposentadoria, quando os proventos são insuficientes ou inexistentes.

O mercado de locação nas favelas é particularmente aquecido: diante do alto custo de vida nas grandes cidades, muitas famílias optam pelo aluguel em favelas consolidadas e bem localizadas, mesmo que isso implique condições de moradia inferiores. Segundo Abramo (2007), o mercado de aluguel em favelas apresenta rentabilidade superior à do mercado

formal, com aluguéis que correspondem a cerca de 2,37% do valor dos imóveis em favelas contra 1% em “áreas formais”.

O dinamismo econômico das favelas reflete os efeitos das políticas de redistribuição de renda das primeiras décadas do século XXI que incluíram aumento do salário mínimo, programas de transferência de renda, ampliação do acesso ao microcrédito — pioneiro na Rocinha desde 1997. Também houve aumento da formalização de trabalhadores como microempreendedores individuais que impulsionou o surgimento de uma economia popular ativa na favela. O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), por exemplo, passou a desenvolver projetos de inclusão produtiva por meio do empreendedorismo, promovendo um padrão de consumo mais próximo ao da classe média. Esse novo cenário também estimulou investimentos do empresariado popular, resultando na abertura de lojas de roupas, restaurantes, academias, casas noturnas e comércios especializados em materiais de construção, consolidando redes econômicas internas.

Esse dinamismo econômico, entretanto, apresenta profundas contradições. Um estudo comparativo sobre os resultados do PAC na Rocinha e no Complexo do Alemão (Neri, 2012) mostrou que, embora a Rocinha concentre mais oportunidades de trabalho e renda devido à sua localização estratégica, a percepção de presença do Estado entre os moradores é consideravelmente menor na Rocinha que no Complexo do Alemão.

Esse paradoxo — forte dinamismo mercantil em contraste com a precariedade dos serviços públicos e da infraestrutura — reflete a retração dos investimentos sociais nas favelas e o recuo dos programas de urbanização nas últimas décadas. Nesse período, houve também o fortalecimento de grupos criminosos que passaram a disputar e explorar os territórios de forma mais agressiva, controlando serviços, privatizando espaços e promovendo a grilagem ilegal de terras.

A ausência de políticas públicas eficazes e de regulação estatal tem, assim, agravado desigualdades e intensificado problemas estruturais. Em territórios desassistidos, opera-se uma lógica neoliberal de mercado marcada pela intensa concorrência entre empreendedores locais em contextos de precariedade urbana e insustentabilidade socioambiental. Enquanto alguns poucos prosperam, a maioria da população permanece em moradias inadequadas, sem acesso a saneamento básico e sujeita a riscos ambientais e à deterioração das condições de saúde pública. Trata-se, portanto, de um modelo de desenvolvimento urbano caracterizado por desigualdade, informalidade e exclusão.

5. Por Dentro da Rocinha

De acordo com os dados do Censo IBGE 2022, a Rocinha apresenta a maior densidade demográfica do Brasil, com 48.300 habitantes por km², em comparação com os 27.422 habitantes por km² de Copacabana, um dos bairros mais densos da cidade.

As construções conformam um aglomerado compacto caracterizado por baixa ventilação e iluminação natural. Nas áreas de maior inclinação, as edificações são praticamente justapostas, muitas vezes incorporando cômodos subterrâneos que não recebem luz solar nem ventilação adequada.

O saneamento na Rocinha constitui um problema grave e multifacetado, envolvendo falhas na macrodrenagem e no sistema de esgoto e ausência de um sistema eficiente de coleta de resíduos sólidos decorrente de limitações estruturais de um ambiente extremamente densificado .

Embora o abastecimento de água seja praticamente universal — alcançando 99,7% dos domicílios — o esgoto apresenta deficiências severas: cerca de 25,2% das residências despejam seus efluentes diretamente nas valas de drenagem, seja pelo colapso das redes existentes, seja pela inexistência delas.

A configuração física da favela agrava o quadro. Situada em um vale de encosta, a Rocinha possui 95% de suas vias internas constituídas por becos e escadarias estreitas, o que impossibilita a circulação de caminhões e pequenos tratores de coleta de lixo. O sistema de manejo de resíduos depende da ação combinada de garis comunitários e moradores, que transportam o lixo até contêineres distribuídos em pontos estratégicos. No entanto, a eficiência desse modelo é baixa porque :

- o lixo reciclável mistura-se ao orgânico;
- os pontos de coleta permanecem constantemente sobrecarregados devido ao descarte contínuo;
- e a retirada feita pelo serviço público não acompanha o ritmo de produção de resíduos.

A inadequação do sistema produz efeitos imediatos na saúde ambiental. O acúmulo de lixo nas vias atrai vetores, como ratos e mosquitos, e, durante as chuvas, os resíduos são arrastados para as áreas mais baixas da favela.

Esses materiais obstruem valas e talvegues já comprometidos pela ocupação irregular que, ao longo de décadas, avançou sobre cursos d'água e estruturas de drenagem. Como consequência, tornam-se recorrentes episódios de alagamentos e retorno de esgoto para o interior das residências, fenômenos agravados pelo aumento do volume de chuvas associado às mudanças climáticas.

Além disso, as moradias localizadas no fundo do vale — que também correspondem aos setores mais densos — enfrentam condições ambientais particularmente adversas. A umidade constante nos pavimentos térreos, agravada pela falta de insolação e de ventilação direta, favorece a proliferação de mosquitos transmissores de dengue, zika e chikungunya, bem como de agentes patogênicos como o bacilo da tuberculose, em em 2011 registrou incidência de 334 casos por 100 mil habitantes, índice doze vezes superior à média nacional e cinco vezes maior do que a média municipal no período.

A densidade excessiva e as condições de insalubridade decorrentes da precariedade do saneamento impactam diretamente a saúde dos moradores. Esses efeitos são agravados pela difícil acessibilidade em terreno de encosta e por um sistema viário interno fragmentado, composto majoritariamente por becos e escadarias. Essa configuração dificulta a circulação cotidiana e limita o acesso a equipamentos públicos de educação, saúde e lazer, incluindo o complexo esportivo construído pelo PAC próximo à Autoestrada Lagoa-Barra. Em muitos

casos, moradores com mobilidade reduzida — como idosos, pessoas obesas ou com deficiência — acabam confinados em suas residências devido às barreiras físicas. A situação torna-se ainda mais crítica em dias de chuvas intensas, quando o volume de água escoando pelas escadarias aumenta em função do transbordamento das valas de drenagem.

Paralelamente aos problemas estruturais e sanitários, a Rocinha vivencia um processo acelerado de transformação impulsionado por dinâmicas de valorização imobiliária, especialmente nos setores próximos à Estrada da Gávea. Essa via, que estrutura a circulação na favela, vem sendo progressivamente marcada por desordem urbana, agravada pela negligência do poder público, que não a trata com a mesma prioridade conferida a outras áreas da Zona Sul. O resultado é um ambiente extremamente congestionado, com tráfego intenso de motos, carros, vans e ônibus, calçadas obstruídas por comércio ambulante e acúmulo permanente de lixo, cenário que compromete de maneira significativa o direito à mobilidade dos moradores. Embora os moto-táxis sejam alternativas adaptadas à inclinação das vias, seu uso permanece restrito às áreas carroçáveis e não atende às necessidades de grupos mais vulneráveis — como idosos, crianças, pessoas com deficiência ou baixa mobilidade que enfrentam enormes dificuldades para se deslocar dentro da comunidade.

6. Conclusão

Neste artigo, buscamos elaborar um panorama da Rocinha a partir dos materiais e dados disponibilizados no portal UNIR. Exploramos a relação biunívoca entre cidade e favela, compreendida como um ambiente complexo, superadensado e de alta intensidade socioespacial, que ao longo do tempo se transformou de forma quase autônoma em um território de pertencimento.

O recorte analítico concentrou-se em dados relativos à estrutura física e às condições de infraestrutura da Rocinha, tendo como base os dados censitários e outras estatísticas de natureza objetiva. Esses dados foram articulados com informações provenientes de relatórios técnicos de programas de urbanização do governo estadual, permitindo construir uma leitura crítica sobre como o modelo urbano hegemônico — marcado por orientações neoliberais — e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos reverberam no território. O objetivo central foi compreender de que maneira tais processos impactam a qualidade de vida dos moradores e o meio ambiente local.

A Rocinha, favela emblemática da cidade, destaca-se pelo grande número de organizações comunitárias atuantes em projetos sociais e culturais. A imagem de vitalidade e potência que projeta — reforçada por sua presença no circuito turístico, pela forte adesão à comunicação digital e pela intensa atividade econômica — contrasta, no entanto, com um cotidiano marcado por precariedades estruturais.

Um olhar atento “por dentro” da favela, evidencia esse paradoxo: apesar de localizada em área privilegiada, próxima aos principais centros urbanos, enfrenta problemas crônicos de saneamento, com lixo e esgoto acumulados em diversas áreas. Os efeitos das mudanças climáticas são sentidos de forma crescente, tanto nos episódios de transbordamento das valas que impedem a circulação de moradores, quanto no agravamento da ilha de calor,

intensificada pela ultradensificação das construções de baixa eficiência energética e pelo uso disseminado de aparelhos de ar-condicionado.

Ao longo de sua trajetória de lutas e conquistas, a Rocinha recebeu importantes investimentos públicos, mas estes não foram suficientes para garantir regularização fundiária plena nem equiparar o acesso a serviços urbanos em relação aos bairros adjacentes.

A descontinuidade das políticas de urbanização — ora marcadas por obras de grande visibilidade e não concluídas, ora pela ausência de ações estruturantes — tem corroído a confiança dos moradores no poder público, reforçando a percepção de que o progresso depende mais do esforço individual do que da ação estatal.

Esse ambiente estimula uma intensa dinâmica empreendedora que, embora relevante economicamente, aprofunda desigualdades ao beneficiar poucos e deixar a maioria submetida à precariedade habitacional, à ausência de saneamento básico e a normas impostas por grupos armados locais. A frágil coordenação entre governo estadual e prefeitura agrava o quadro, comprometendo a efetividade e a capilaridade dos serviços públicos.

Diante desse cenário complexo — no qual as questões territoriais são frequentemente fragilizadas por disputas políticas e pela fragmentação de responsabilidades entre diferentes níveis de governo — a vida cotidiana na Rocinha segue marcada por desafios, mas também por formas de resistência.

O ativismo de base territorial permanece atuante, impulsionado pela ampliação do acesso às tecnologias de comunicação, que conferem maior agilidade e alcance às mobilizações comunitárias. É nesse contexto de tensões e oportunidades que emergem iniciativas articuladas entre organizações locais, universidades e instituições públicas de pesquisa, como o UNIR, que aposta na política de dados e no compartilhamento de saberes como estratégia para fortalecer a participação democrática em territórios periféricos onde a cidadania permanece limitada.

6. Referências

- Abramo, P. (2007). *A cidade COM-FUSA, a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 9(2).
- Abreu, M. de A. (1985). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP.
- Caldeira, T.; Holston, J. (1999). *Democracy and Violence in Brazil*. Comparative Studies in Society and History, 41(4), 691–730.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- Costa, M. B. C. (2022). *A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX*. Curitiba: Editorial Casa.

- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Green, B. (2021). *Data Science as Political Action: Grounding Data Science in a Politics of Justice*. *Journal of Social Computing*, 2(3), 249–265.
- Holston, J. (2008). *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Holston, J. (2009). *Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries*. *City & Society*, 21(2), 253–277.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo Demográfico 2022*.
- Kapp, S. (2018). *Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 20(2), 221–236.
- Lefebvre, H. (1999). *A produção do espaço*. São Paulo: Edusp.
- Machado da Silva, L. A. (2002). *A continuidade do “problema da favela”*. In Oliveira, L. L. (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 220–237.
- Neri, M. C. (2012). *A Economia da Rocinha e do Alemão, As UPPs e o Microcrédito: Do Choque de Ordem ao de Progresso*. Rio de Janeiro: FGV.
- Perlman, J. (1977). *O mito da marginalidade: favela e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Santos, B. de S. (2004). *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez.
- Terry, T. (2021). *Favela Quitinete: Transformações Sócio-Espaciais em favelas cariocas consolidadas*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB/UFRJ.
- UNIR – Centro de Pesquisas e Articulação de Conhecimentos Rocinha-PUC Rio. Disponível em: <https://sigaunir.ccs.puc-rio.br>
- Valladares, L. do P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.